

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**ATO Nº 289, DE 17 DE JULHO DE 2020**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Designar o servidor WALCENIO ARAUJO DA SILVA, código 21136, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para substituir a titular do cargo em comissão de Assessor-Chefe da Secretaria-Geral Judiciária, Nível CJ-3, no período de 20 a 31 de julho de 2020.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**ATO Nº 93, DE 16 DE JULHO DE 2020**

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso das atribuições regimentais, resolve:

Dispensar, a pedido, a servidora CRIS HELLEN XAVIER CARVALHO, código 58619, Técnica Judiciária, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente 5, Nível FC-5, da Tabela de Funções Comissionadas da Assessoria de Governança e Gestão Estratégica do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com efeitos a contar de 20 de julho de 2020.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

SECRETARIA**ATO Nº 236, DE 14 DE JULHO DE 2020**

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA SUBSTITUTO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando o constante do memorando nº 45, de 23/6/2020, da Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos, resolve:

1 - Designar a servidora ANA DE LOURDES E SILVA, código 38160, Técnica Judiciária, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente 2, Nível FC-2, da Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos, ficando dispensada da função comissionada de Assistente 4, Nível FC-4, da referida Coordenadoria.

2 - Designar a servidora ACACIA RAMOS, código 57792, Técnica Judiciária, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente 4, Nível FC-4, da Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos, ficando dispensada da função comissionada de Assistente 3, Nível FC-3, da referida Coordenadoria.

3 - Designar a servidora MARIANA SOUSA CURVO DA COSTA E SILVA, código 50577, Técnica Judiciária, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente 3, Nível FC-3, da Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos, ficando dispensada da função comissionada de Assistente 2, Nível FC-2, da referida Coordenadoria.

JOSÉ RAILTON SILVA RÊGO

ATO Nº 237, DE 14 DE JULHO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA SUBSTITUTO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando o constante do memorando nº 91, de 14/7/2020, da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, resolve:

Designar o servidor JOAO PAULO CARVALHO COLU DE QUEIROZ, código 56267, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Análise de Sistemas, para exercer a função comissionada de Assistente 3, nível FC-3, do Gabinete da Presidência.

JOSÉ RAILTON SILVA RÊGO

ATO Nº 241, DE 16 DE JULHO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA SUBSTITUTO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando o constante do memorando nº 54, de 16/7/2020, da Secretaria-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

considerando o constante do memorando nº 32, de 10/7/2020, do Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, resolve:

1 - Designar a servidora ALLINE BARBOSA LOPES, código 53480, Analista Judiciária, Área Apoio Especializado, Especialidade Taquigrafia, para exercer a função comissionada de Assistente 5, nível FC-5, privativa de bacharel em Direito, do Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, ficando dispensada da função comissionada de Assistente 5, nível FC-5, do referido Gabinete.

2 - Designar a servidora CRIS HELLEN XAVIER CARVALHO, código 58619, Técnica Judiciária, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente 5, nível FC-5, do Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

JOSÉ RAILTON SILVA RÊGO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**ATO Nº 228, DE 16 DE JULHO DE 2020**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista decisão judicial nos autos do Processo nº 0005606-26.2014.4.02.0000, com trânsito em julgado em 08.11.2019, e considerando o que consta do Procedimento Administrativo nº TRF2-PES-2013/00022.01, resolve:

I - RESTABELECER a cota da Pensão Temporária em favor de DENISE SOUZA BORGES, filha solteira maior de 21 anos do ex-servidor ANTONIO CARLOS BORGES, Analista Judiciário/Oficial de Justiça Avaliador Federal, NS-C-13, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Rio de Janeiro, anteriormente cancelada pelo Ato nº TRF2-ATP-2014/00005, de 07.01.2014, publicado no D.J.e. em 15.01.2014, em cumprimento à decisão judicial transitada em julgado nos autos do processo nº 0005606-26.2014.4.02.0000, com efeitos financeiros para pagamento administrativo a partir de 07.07.2020, data da ciência da decisão por este Tribunal.

II - REVERTER, em virtude de falecimento, a cota de 50% (cinquenta por cento) da Pensão Vitalícia, concedida a MARIA APPARECIDA SOUZA BORGES, viúva do ex-servidor, em favor da beneficiária remanescente, DENISE SOUZA BORGES, que passará a fazer jus à cota da Pensão Temporária, no percentual de 100% (cem por cento), em cumprimento à mesma decisão judicial, a partir de 14.08.2012, data do óbito da outra pensionista, com efeitos financeiros para pagamento administrativo a partir de 07.07.2020, data da ciência da decisão por este Tribunal.

REIS FRIEDE

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**ATO Nº 2.775, DE 10 DE JULHO DE 2020**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, item I, letra "b", da Constituição da República, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 0007817-51.2020.4.03.8001 - SEI, resolve:

Conceder APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com proventos integrais, nos termos do art. 3.º da Emenda Constitucional nº 47/2005, assegurado pelo art. 3.º da Emenda Constitucional nº 103/2019, à servidora CELIA CAMPOS AMARO LOPES, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa,

Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de 1.º Grau - Seção Judiciária do Estado de São Paulo, com a vantagem pessoal nominalmente identificada prevista no art. 62-A da Lei nº 8.112/1990, com redação da Medida Provisória nº 2.225-45/2001, incorporada nos critérios da redação original do art. 62, § 2.º da Lei nº 8.112/1990, combinado com o art. 3.º da Lei nº 8.911/1994, e nos termos do art. 3.º da Lei nº 9.624/1998; com o adicional por tempo de serviço, previsto no art. 67 da Lei nº 8.112/1990 e alterações posteriores; e com o adicional de qualificação (especialização), previsto nos arts. 14 e 15, inciso III, § 1.º, da Lei nº 11.416/2006.

Des. MAIRAN GONÇALVES MAIA JUNIOR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO**ATO Nº 317, DE 15 DE JULHO DE 2020**

O Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar SILAS BRANDÃO DE ALMEIDA, servidor efetivo desta Justiça Eleitoral, para exercer a Função Comissionada de Assistente I (FC-1) da 17ª Zona Eleitoral - Anchieta, a partir da data de publicação deste ato.

SAMUEL MEIRA BRASIL JÚNIOR

ATO Nº 328, DE 15 DE JULHO DE 2020

O Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar DIOGO DAMIANI MENDES, servidor efetivo desta Justiça Eleitoral, para exercer a Função Comissionada de Assistente I (FC-1) da 9ª Zona Eleitoral - Santa Leopoldina, a partir da data de publicação deste ato.

SAMUEL MEIRA BRASIL JÚNIOR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**PORTARIA Nº 173, DE 7 DE JULHO DE 2020**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a decisão proferida no Processo Administrativo Digital nº 005497/2018, com fulcro no art. 37 da Lei nº 8.112/90 c/c Resolução TSE nº 23.563/2018, Portaria TRE/GO nº 237/2017 e Resolução nº 146/2012 do Conselho Nacional de Justiça, resolve:

Art. 1º REDISTRIBUIR o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, vaga nº 139 (cento e trinta e nove), criado pela Lei nº 10.842, de 20/02/2004, VAGO em decorrência da aposentadoria de servidor, nos termos da Portaria nº 222/2019 - PRES, publicada no Diário Oficial da União nº 186, de 25/09/2019, não enquadrado na exceção de suspensão de provimento descrita no inciso IV do § 1º do art. 1º da Portaria TSE nº 671/2017, para o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins - TRE/TO.

Parágrafo único. A movimentação de que trata o caput fica condicionada à redistribuição para este Regional, por reciprocidade, de cargo idêntico, ocupado pela servidora MELISSA VIEIRA DOS SANTOS VALENTE, criado pela Lei nº 10.842/2004, do quadro de pessoal do TRE/TO.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DES. LEANDRO CRISPIM

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**ATO Nº 16, DE 7 DE JULHO DE 2020**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Processo nº 0006641-93.2020.6.13.8000, resolve:

Fica concedida aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, a JOSÉ GERALDO CAMPOS GOMIDE, servidor do Quadro de Pessoal deste Tribunal, ocupante do cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área de Atividade: Apoio Especializado - Operação de Computadores, Classe C, Padrão 13, lotado na Coordenadoria de Suporte e Equipamentos - CSE, em cargo criado pela Lei nº 8.868/1994, com fundamento no art. 6º da EC 41/2003 e art. 3º da EC nº 103/2019.

Des. ALEXANDRE VICTOR DE CARVALHO

PORTARIA Nº 111, DE 17 DE JULHO DE 2020

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Designar CAROLINA FRANCESCHINE ROSA DE FARIA, Analista Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para o exercício da Função Comissionada FC-03, na Coordenadoria de Comunicação Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DES. ALEXANDRE VICTOR DE CARVALHO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**PORTARIA Nº 351, DE 10 DE JULHO DE 2020**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso XXIX, do Regimento Interno deste Tribunal, e considerando o conteúdo no Processo Administrativo Digital nº 6100/2020, resolve:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a nomeação, efetuada por meio da Portaria nº 266, de 21.05.2020, publicada no DOU nº 97, de 22.05.2020:

a) do candidato ORLANDO VINICIUS VALENCA FERREIRA DA SILVA, classificado em 3.º lugar (na lista prevista pelo item 6.8, do Capítulo VI, do Edital nº 01/2017) em Concurso Público de Provas destinado ao provimento das vagas deste Tribunal, para ocupar o cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade Apoio Especializado, Especialidade Programação de Sistemas, Classe A, Padrão 01, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, em virtude de desistência;

b) do candidato THIAGO CARNEIRO DOS SANTOS, classificado em 15.º lugar (na lista prevista pelo item 6.8, do Capítulo VI, do Edital nº 01/2017) em Concurso Público de Provas, destinado ao provimento das vagas deste Tribunal, para ocupar o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 01, do Quadro de Pessoal deste Tribunal em virtude de desistência.

Art. 2º NOMEAR, em virtude de habilitação em concurso público regido pelo Edital nº 01/2017:

a) a candidata THAYANNE ANTAO VIEGAS, classificada em 4.º lugar (na lista prevista pelo item 6.8, do Capítulo VI, do Edital nº 01/2017) em Concurso Público de Provas destinado ao provimento das vagas deste Tribunal, para ocupar o cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade Apoio Especializado, Especialidade Programação de Sistemas, Classe A, Padrão 01, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei nº 8.868, de 14 de abril de 1994, vago em decorrência de posse em outro cargo inacumulável do servidor Fernando Ricco, publicada na Portaria nº 538, de 14 de agosto de 2015, no DOU nº 161, em 24 de agosto de 2015, enquadrado nos limites autorizados no anexo I da Portaria TSE nº 671/2017;

b) a candidata PALOMA LOHANY PEREIRA MENDES, classificada em 16.º lugar (na lista prevista pelo item 6.8, do Capítulo VI, do Edital nº 01/2017) em Concurso Público de Provas, destinado ao provimento das vagas deste Tribunal, para ocupar o

